

## ENSINO COLABORATIVO COMO PROPOSTA DE TRABALHO PARA INCLUSÃO ESCOLAR

COLLABORATIVE EDUCATION AS A PROPOSAL FOR SCHOOL INCLUSION

Marinice Rosicley Gaúna Buldi Pereira <sup>1</sup>

Daniela Cristina Barros de Souza Marcato<sup>2</sup>

### RESUMO

Objetivou-se discutir a relevância do Ensino Colaborativo para uma educação inclusiva nas escolas comuns regulares, identificando se há estudos com esta abordagem teórica no Estado de Mato Grosso do Sul. Realizou-se um estudo exploratório de caráter bibliográfico a partir de artigos sobre Ensino Colaborativo ou Coensino disponíveis nas plataformas da Anped e do Google Acadêmico. Refletiu-se que embora o tema Ensino Colaborativo possua várias publicações em outros Estados, em Mato Grosso do Sul os dados são incipientes por não haver ainda evidências de sua aplicabilidade. Considera-se que é preciso ampliar as pesquisas acadêmicas e científicas neste tema na região com o intuito de conhecer o que tem sido feito a respeito da colaboração entre os profissionais da escola comum e da Educação Especial bem como de outras práticas em prol da Educação Inclusiva no Estado.

Palavras-chave: Ensino Colaborativo; Coensino; Educação Inclusiva.

### ABSTRACT

The aim was to discuss the relevance of Collaborative Teaching for an inclusive education in regular schools, identifying if there are researches with this theoretical approach in Mato Grosso do Sul. An exploratory bibliographical study was carried out based on articles on Collaborative Teaching or Co-teaching available on Anped and Google Academic platforms. It was reflected that although the Collaborative Teaching theme has several publications in other states, in Mato Grosso do Sul the data are incipient as there is still no evidence of its applicability. It is considered that it is necessary to expand academic and scientific research on this topic in the region with the goal to know what has been done regarding the collaboration between professionals in regular schools and special education, as well as other practices in favor of Inclusive Education in the state.

Keywords: Collaborative Teaching; Co-teaching; Inclusive Education.

---

1 Graduada em Pedagogia - Faculdade de Educação (FAED) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: marybuldi@gmail.com

2 Doutora em Educação. Docente da Faculdade de Educação (FAED) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: daniela.marcato@ufms.br

Recebido em: 10 de novembro de 2021

Aceito em: 18 de novembro de 2021



## INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma pesquisa que teve como objetivo apresentar um resgate de parâmetros teóricos acerca da importância do trabalho colaborativo entre profissionais da educação na escolarização de alunos pertencentes ao público-alvo da educação especial (PAEE), estabelecendo análises a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e seus desdobramentos atuais. Em um segundo momento, buscou identificar se a discussão e divulgação de práticas de ensino colaborativo nesta perspectiva teórica tem se feito presente no estado de Mato Grosso do Sul.

A referida Política concebe a Educação Especial como uma modalidade que perpassa todos os níveis do ensino e tem como seu público-alvo os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e deve ser oferecida preferencialmente em escola comum (Brasil, 2008, p. 16).

A garantia de acesso à escola para todas as crianças, independentemente de suas condições particulares, é algo bastante recente. Durante minha vida escolar quase não tive<sup>3</sup> colegas com deficiências físicas, sensoriais ou, o que hoje entendo ser, comportamentos atípicos devido a transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação.

Essas memórias me visitaram ao recordar que a ideia de elaborar este estudo surgiu ainda nas primeiras impressões geradas nas disciplinas de Práticas Pedagógicas do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação (FAED) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), nas quais a vivência escolar, ainda que breve, despertou o interesse em entender melhor quais as práticas deveriam ser adotadas no intuito de realmente incluir os alunos que necessitavam de atendimento educacional especializado dentro das escolas.

Embora a curiosidade sobre o tema fosse algo latente em mim já há algum tempo, considerava que ainda não dispunha de repertório teórico suficiente para dar continuidade a algum tipo de pesquisa mais aprofundada. Fato este que começou a ser suprido a partir do 5º (quinto)

---

3 Refere-se às experiências da primeira autora do trabalho, no exercício de resgatar as memórias pertinentes ao interesse no tema do trabalho de pesquisa.

semestre da graduação do curso de Pedagogia, mediante o contato com conceitos e legislações específicas referentes à Educação Especial.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2013).

A disciplina obrigatória de “Educação Especial” (Curso de Pedagogia) e as disciplinas optativas “Educação Física Inclusiva” e “Esportes Adaptados” (realizadas no Curso de Educação Física), serviram de fomento para que essa área recebesse cada vez mais destaque dentro de minhas preferências de estudos acadêmicos, bem como de desenvolvimento da prática profissional no futuro.

As vivências dos Estágios Obrigatórios do Curso de Pedagogia no ensino comum regular e as experiências adquiridas nos Estágios do Núcleo de Educação Especial, juntamente com a participação no Projeto de Extensão Brinquedoteca Aberta da UFMS (onde havia atendimento a uma criança com deficiência visual), chamaram minha atenção para o leque de oportunidades que é o trabalho com crianças que demandam uma prática pedagógica mais especializada.

Depois que iniciei os Estágios Obrigatórios do Curso de Pedagogia, notei a ausência de padronização<sup>4</sup> para o atendimento das crianças pertencentes ao PAEE. Percebi também que turmas onde havia estes alunos, devidamente acompanhados por professores de apoio, havia uma prática que podemos considerar segregatória, pois aluno e professor permaneciam no fundo da sala ou do lado de fora da classe no horário de aula. O encaminhamento da aplicação dos conteúdos acontecia à parte, como se ele não fizesse parte da turma.

Nos primeiros estágios, embora a atuação dos professores de apoio, que são denominados pela Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande/MS como Auxiliar Pedagógico Especializado (APE)<sup>5</sup>, já me chamasse a atenção, ainda não tinha um conceito sobre as rotinas e

---

4 A padronização aqui refere-se à adoção de protocolos quanto ao atendimento especializado para os estudantes, pois foi observado que em cada escola ou classe, havia uma forma diferente de trabalho.

5 Nomenclatura utilizada pela Rede Municipal de Educação de Campo Grande-MS, conforme consta na Resolução nº 188 de 5 de novembro de 2018 da Secretaria de Educação desta, publicada no Diário Oficial Diogrande nº 5406 de 14 de novembro de 2018, que dispõe sobre a inclusão do aluno PAEE na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande, Cap. 12.

trabalhos compartilhados que eram adotados entre as professoras do ensino comum e auxiliares. Lembro-me de uma criança com paralisia cerebral que seria transferida para uma instituição especializada, pois segundo a APE, ela não tinha condições de permanecer em sala de aula da escola comum. Essa criança possuía uma cadeira de rodas totalmente adaptada e o respeito que os colegas da classe tinham com a criança, se revezando para empurrar a cadeira e conduzi-la ao lugar que esse aluno ocupava na sala, me impressionou.

Na mesma turma havia um aluno que necessitava de atendimento educacional especializado por se enquadrar no espectro autista com o chamado “comprometimento severo”.

Durante as aulas ele ficava no fundo da sala com outra APE, esta por sua vez recebia as atividades adaptadas pela professora regente para aplicar ao educando. Era o mesmo conteúdo, porém de forma bem mais simplificada, ele fazia rapidamente quando estava bem e quando estava agitado era levado para o lado de fora da sala pela APE que o acompanhava. A auxiliar também trazia jogos de quebra-cabeças e peças de montar para dentro da sala e o deixava brincando quando ele não queria realizar as atividades. Contudo, presenciei a APE completando as atividades por ele por inúmeras vezes.

Tive também a oportunidade de realizar um Estágio em uma escola na qual fui designada para acompanhar uma aluna com dislexia. Confesso ter me sentido perdida, sem saber como atuar exatamente, imaginei que outros estagiários pudessem estar passando pelas mesmas dificuldades ao serem encarregados de atividades que, para um trabalho de excelência, demandariam uma melhor formação. Neste caso em especial, é sabido que crianças com dislexia não fazem parte do público-alvo da Educação Especial, no entanto é um tipo de necessidade educacional que demanda conhecimento e preparo para uma prática segura e produtiva do professor.

Em meio a tantos eventos causadores de inúmeras inquietações em mim, meu interesse foi se solidificando e sendo direcionado para os conhecimentos relativos aos aparatos metodológicos para melhor incluir os alunos pertencentes ao público-alvo da Educação Especial como também daqueles que possuam qualquer tipo de necessidade educacional especial sem necessariamente fazer parte deste nicho específico.

As vivências proporcionadas pelas disciplinas de Estágio Obrigatório, por requererem um período privilegiado de maior imersão na escola, me permitiu observar as práticas de inclusão

realizadas no âmbito escolar. Uma das experiências mais assertivas, em minha opinião, estava relacionada à existência de dois profissionais em sala de aula, especialmente em decorrência da presença de algum estudante pertencente ao PAEE. Na maioria dos casos, esses profissionais eram o professor regente e um professor de apoio.

Houve escolas onde o segundo profissional em sala de aula era um estagiário graduando de Pedagogia ou um professor com o Curso Normal Médio, não necessariamente com formação em Educação Especial. No último ano no qual pude vivenciar minhas experiências de Estágio Obrigatório (ano de 2019) de forma presencial, estava ocorrendo algumas mudanças na forma de contratação de novos professores de apoio<sup>6</sup>.

Na última escola na qual realizei a observação referente à disciplina de Estágio Obrigatório II, de uma turma de 3º ano, me deparei com uma situação totalmente diferente às anteriores. Pude observar que as professoras (regente e de apoio) trabalhavam conjuntamente e todos os alunos eram considerados de ambas. Nesta sala havia duas crianças pertencentes ao público-alvo da Educação Especial, sendo um aluno com autismo e um com baixa-visão.

No entanto, todo o material para o acompanhamento das aulas permanecia em sala e eram adaptados pela APE ou pela Divisão de Educação Especial do município. Todos os trabalhos eram devidamente registrados e arquivados em portfólios pela professora de apoio. A comunicação constante entre as duas profissionais e a atuação conjunta para o desenvolvimento das atividades era facilmente notada. A professora regente a todo momento se interessava por saber do andamento das atividades das crianças e a professora de apoio também circulava pela sala auxiliando o restante da turma sempre que necessário.

Por vezes questionei se a inclusão escolar seria válida diante de muitos relatos que vi e ouvi sobre professoras de apoio que atuavam muito mais como cuidadoras do que como profissionais que pudessem auxiliar em uma aprendizagem mais especializada. Contudo, na situação relatada anteriormente, a interação entre as duas professoras parecia funcionar tão bem que pela primeira

---

6 No ano de 2019 a Prefeitura Municipal de Campo Grande mudou a política para a contratação de novos professores de apoio e passou a admitir no lugar de profissionais especialistas em educação especial, professores com pouca ou nenhuma formação específica na área para que pudessem atender às crianças com necessidades educacionais especiais. Anteriormente à nova forma de contratação era exigido, para que esses profissionais pudessem atuar, no mínimo uma graduação de Pedagogia e especialização em educação especial; com a nova Lei o município passou a admitir acadêmicos do curso de Pedagogia, bem como profissionais que possuíam apenas uma formação no chamado Normal médio ou no antigo magistério.

vez vislumbrei a possibilidade da realização de um trabalho inclusivo em sala de aula comum. Nessa direção de compreensão da realidade, notei o potencial da presença de uma professora de apoio em sala para acompanhar as aulas juntamente com os estudantes que necessitam de serviços educacionais especializados, de modo que consigam acompanhar as aulas satisfatoriamente e sejam incluídos, de fato, no ambiente escolar, o que nos levou a elaborar hipóteses acerca do emprego de um ensino mais colaborativo entre os profissionais da escola.

Esse cenário me fez refletir sobre o conceito de Ensino Colaborativo e sua operacionalização. Rabelo (2012) relembra que no ensino colaborativo os professores de ensino geral e ensino especial

[...] precisam compartilhar um trabalho educativo, sem hierarquias, no qual todas as responsabilidades em relação a todos os estudantes de uma sala pertencem à equipe, desde o planejamento, as intervenções, monitorias, avaliações e replanejamento, tudo é compartilhado por professores com habilidades diferentes (Rabelo, 2012, p. 5609).

É importante estudar as implicações do ensino colaborativo uma vez que se trata de profissionais com formações diferentes, ainda que semelhantes. São pessoas que precisam aprender a dialogar, rever posicionamentos e convicções arraigadas quando o propósito é trabalhar conjuntamente com outro par em busca de tornar a sala de aula um local onde a inclusão seja real para o alunado que necessita de educação especializada.

Assim, pergunto-me: por que, mesmo quando há a presença de dois profissionais em sala de aula, nem sempre o trabalho parece ser em colaboração? O que faz o trabalho com uma professora especializada em sala de aula parecer mais discriminatório e em outros momentos parecer possibilitar a educação inclusiva? Há teorizações em nosso estado de Mato Grosso do Sul sobre tais aspectos?

## **METODOLOGIA**

Em busca de sanar tais inquietações nesta pesquisa, optamos por uma abordagem de cunho qualitativo, realizando um estudo exploratório de caráter bibliográfico com o propósito de estudar sobre o conceito desse trabalho educacional em colaboração visando uma educação inclusiva, especialmente identificando trabalhos de pesquisa com essa perspectiva teórica em Mato Grosso

do Sul. Considerando a complexidade deste objeto, convém olhar a pesquisa de acordo com o que Lakatos e Marconi (2012) ressaltam sobre essa abordagem:

A abordagem qualitativa realça os valores, as crenças, as representações, as opiniões, as atitudes e, usualmente, é empregada para que o pesquisador compreenda os fenômenos, caracterizados por um alto grau de complexidade interna do fenômeno pesquisado (Lakatos; Marconi, 2002, p. 354).

Portanto, nossos procedimentos incluíram uma pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos que tratam de Ensino Colaborativo (ou também denominado Coensino, tendo como referências teóricas principais as autoras Capellini (2019); Mendes (2016; 2018); Vilaronga (2018); Zerbato (2012; 2019). As respectivas autoras possuem um amplo trabalho nesta temática aqui no Brasil, porém muitos estudos sobre o tema estão disponíveis somente em língua inglesa, pois os Estados Unidos (EUA) foram pioneiros na pesquisa de *co-teaching* entre profissionais educadores em ambientes escolares deste mesmo país.

No intuito de direcionar nosso olhar para a produção científica local, identificando se essa perspectiva teórica é discutida em pesquisas em Mato Grosso do Sul, realizamos uma busca por artigos resultantes de pesquisas que abordassem o Ensino Colaborativo em nosso Estado. Fizemos buscas na Anped e complementamos com o Google Acadêmico, a fim de expandir os resultados da pesquisa.

Considerando também toda uma vivência pautada em observações sobre o tratamento que, era e/ou ainda é, proporcionado aos alunos da Educação Especial e, partindo da hipótese que a proposta do coensino ou Ensino Colaborativo pode contribuir para uma educação inclusiva, pois contempla a colaboração entre docentes da classe comum e profissionais da Educação Especial, objetivamos discutir a relevância do trabalho pedagógico do Ensino Colaborativo em prol de uma educação inclusiva nas escolas comuns regulares, identificando se há estudos com esta abordagem teórica no Estado de Mato Grosso do Sul.

Em tempos nos quais toda a luta por espaço escolar do alunado PAEE vem voltando a ser desacreditada e conquistas realizadas outrora vêm sofrendo subsequentes desmontes, faz-se ainda mais necessária a discussão por políticas educacionais e novas práticas de inclusão para melhoria do ensino ofertado na Educação Inclusiva.

Estas políticas precisam ser ininterruptamente construídas por meio de debates com toda a sociedade e principalmente com as partes interessadas. Isso posto, necessitam ser lapidadas e instituídas, não somente desacreditadas ao ignorar todos os avanços e direitos já conquistados até o presente momento.

É em meio à ideia de que alguns arranjos educacionais possam colaborar para o aperfeiçoamento das práticas inclusivas dentro das escolas comuns que vislumbramos essa forma de trabalho colaborativo entre o professor da classe comum e o professor especialista, que embora ainda seja pouco conhecida no país, poderia ser facilmente aplicada.

Buscando atender o objetivo de nossa pesquisa, nos debruçamos sobre o estudo do ensino colaborativo e sua pertinência para a educação inclusiva de modo a construir uma base para a busca e leitura de trabalhos existentes sobre o tema em Mato Grosso do Sul.

Foi realizado um levantamento dos trabalhos publicados no site da ANPed<sup>7</sup>, do grupo de trabalho 15 (Educação Especial) considerando inicialmente títulos que trouxessem os termos “Ensino Colaborativo” e/ou “Coensino”. O recorte temporal considerado para a busca foi a partir do ano de 2005, considerando que uma das primeiras pesquisas, com a temática a nível nacional, foi realizada pela Prof<sup>a</sup> Ma. Vera Lúcia Messias Fialho Capellini que fez a defesa de sua tese de Doutorado pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) no ano de 2004, com o título de “Avaliação das possibilidades do Ensino Colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental” sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Enicéia Gonçalves Mendes. Embora o tema já fosse bastante discutido em literatura estrangeira, aqui no Brasil essa foi uma das pesquisas pioneiras.

Para respaldar nosso trabalho, a seguir apresentamos uma explanação dos principais pressupostos teóricos nos quais nos baseamos. Na sequência expomos os dados e resultados finalizando o artigo com algumas discussões e considerações finais.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

---

7 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

O termo “inclusão” possui uma extensa lista de significados, por isso depende de um adjetivo que melhor o especifique. Como é inegável que haja inúmeras formas de exclusão de alguns grupos em diversos contextos da sociedade, o processo de inclusão torna-se imprescindível para que os espaços e oportunidades tornem-se cada vez mais plurais, justas e equânimes.

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos. Todos sabemos, porém, que a maioria dos que fracassam na escola não vêm do ensino especial, mas possivelmente acabará nele (Mantoan, 1999, p. 28).

Alguns desses grupos não estão necessariamente relacionados com o tema que será foco neste artigo, no entanto é preciso que se mencione algumas dessas consideradas minorias (não em quantidade e sim em representatividade), pois a Educação Inclusiva deve abranger também os estudantes como:

[...] (povos indígenas, negros, estrangeiros, pessoas com deficiência, entreoutros), que por diversos motivos – históricos, sociais, políticos e culturais – não estavam, anteriormente, presentes nas classes comuns das escolas regulares (Capellini; Zerbato, 2019, p. 18).

Para este estudo adjetivaremos o substantivo “inclusão” no contexto educacional, para tal utilizaremos o termo “Inclusão Escolar” e faremos nosso estudo direcionado ao Público-alvo da Educação Especial (PAEE). Na concepção de Mendes:

O termo “Inclusão Escolar”, [...], nos remete à questão da escola, que é justamente o aspecto central do movimento que hoje se observa no tocante à escolarização de estudantes do PAEE. Assim, sugere-se que o termo “inclusão escolar” seja convencionalmente adotado quando se refere à política ou à prática de escolarização do referido público nas classes comuns de escolas regulares (Mendes, 2013, p. 62).

Incluir é uma forma de acolher as crianças tanto social quanto academicamente, proporcionando não só o acesso à escola, mas também o aprendizado e a progressão dos conhecimentos, levando-a a se apropriar de todos os saberes que estejam dentro de suas possibilidades, com enfoque nas suas potencialidades e não somente nas deficiências.

A Educação Inclusiva é um princípio de direito que vem sendo negado historicamente há muitos anos, porém aqui no Brasil começou a ser viabilizada influenciada por normativas internacionais, como a Declaração Mundial de Educação para Todos (Brasil, 1990) e Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994). A Declaração de Salamanca deixa bem claro esse aspecto quando afirma que: “Todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação” e que “a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos” (UNESCO, 1994, p. 10).

No tocante à Inclusão Escolar, a principal ideia não é somente fazer com que o aluno esteja dentro da escola, mas propiciar oportunidades para uma efetiva participação e apropriação do maior número de conhecimentos possíveis para todos os alunos, independentemente de sua condição social, pessoal, cultural, física ou intelectual.

É imprescindível que respeitemos as individualidades em meio à diversidade do alunado para que nossa prática seja voltada para este com todas suas particularidades. O aluno não é um laudo médico, tampouco um CID (código internacional de doenças), suas peculiaridades precisam ser interpretadas para que possamos desenvolver um trabalho de parceria que envolva essas crianças também.

Com o avanço do tempo pretende-se fazer com que a equidade se torne um hábito nas rotinas escolares, no entanto, há casos nos quais considera-se apenas a igualdade de direitos e esquece-se que cada ser possui suas especificidades. Portanto, não há como oferecer sempre os mesmos serviços a todos e esperar que sejam atingidos os mesmos resultados.

A Lei 12.796/2013 por meio do artigo 58, 1º parágrafo prevê que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”. Adicionalmente, dá outras providências para casos de impossibilidade de haver uma inclusão escolar que atenda às individualidades do alunado PAEE no parágrafo seguinte: “O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular” (Brasil, 2013).

Neste estudo faremos um recorte para o Ensino Fundamental que é onde se encontra o maior público da Educação Especial que está incluído nas escolas comuns ou especializadas,

segundo o último Censo Escolar (INEP, 2020), e é onde percebe-se maior parcela do alunado que está em turmas não condizentes com a idade dos mesmos.

Nossa análise centra-se na viabilidade do ensino colaborativo/coensino nas turmas de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, por ser a área de atuação de pedagogos, que devido à sua polivalência atua de forma mais plena e contínua nesse intervalo de séries e assim poderia criar um maior vínculo profissional com o professor de Educação Especial que viesse atuar em sua sala.

As leis brasileiras referentes ao Ensino Colaborativo em prol de uma Educação Inclusiva ainda são bastante frágeis. Não há nada que garanta esse tipo de trabalho nas escolas, porém há algumas brechas que podem fornecer respaldo para o tratamento do assunto com os gestores escolares afim de proporcionar um ensino de qualidade a todos os alunos. Ainda que de forma diluída seja possível encontrar alguns trechos capazes de dar sustentação à defesa da importância do coensino, dentre elas vemos no documento das Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica que:

Art. 8º - As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns: [...] IV – serviços de apoio pedagógico especializado, realizado nas classes comuns, mediante: a) atuação colaborativa de professor especializado em educação especial. [...] (Brasil, 2001, p. 2).

Portanto no trecho acima há a prerrogativa da organização de trabalho nas escolas já prevendo a contratação ou designação de um profissional especializado para a realização destes trabalhos. Já em relação às atribuições dos professores especialistas em Educação Especial encontra-se que devem:

[...] trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais (Brasil, 2001, p. 5).

Quanto ao professor do ensino comum cabe: “IV- atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial” (Brasil, 2001, p. 5). E ainda que nos documentos oficiais encontremos tais determinações em relação à atuação dos professores, a responsabilidade da elaboração de um bom plano de trabalho coletivo depende do envolvimento e comprometimento de toda a comunidade escolar, uma vez que:

[...] a construção da cultura colaborativa e o trabalho com o Ensino Colaborativo não envolve apenas os professores das disciplinas comuns e professores de Educação Especial, envolve também profissionais especializados que atuem na escola, gestão administrativa, funcionários em geral, familiares, comunidade externa e os próprios estudantes envolvidos no processo formativo (Capellini; Zerbato, 2019, p. 40).

Trabalhar de forma colaborativa com outro profissional no mesmo espaço nem sempre é um trabalho simples, mas unindo forças, especialidades, saberes e afetividade poderemos amadurecer cada vez mais as práticas conjuntas para melhor acolher a todas as crianças da turma, de modo que a sala se torne um ambiente agradável e de muito aprendizado. Na literatura os termos Ensino Colaborativo e Coensino funcionam como sinônimos:

A proposta do trabalho em Co-ensino implica na redefinição de papéis dos professores de ensino especial como apoio centrado na classe comum e não somente em serviços que atendam aos alunos com NEE no período inverso de sua escolarização e que complementem seus estudos (Zerbato, 2012, p. 13).

É impreterível que o trabalho do Ensino Colaborativo seja desenvolvido de forma tranquila e com muito respeito entre os professores do ensino comum e da Educação Especial. Os profissionais envolvidos nessa relação precisam querer desenvolver uma parceria de responsabilidade compartilhada na qual não haja hierarquia e se tenha um objetivo em comum.

O Ensino Colaborativo não acontece em uma sala de aula comum, na qual um professor age como o “principal”, enquanto que o outro atua como “ajudante”; muito menos, quando a atividade com o estudante PAEE é ensinada pelo professor especializado no canto de uma sala de aula, enquanto o professor do ensino comum se dedica ao restante da classe (Capellini; Zerbato, 2019, p. 39).

A colaboração, segundo Mendes (2018, p. 13), “é um processo adaptativo, pois leva tempo e requer aprendizado constante”[...]. “Quando pessoas estão envolvidas em interações grupais, frequentemente podem enfrentar situações que não são capazes de perceber quando estão sozinhas, trabalhando de forma independente” (Mendes, 2018, p. 16). Nessa linha de pensamento, Rabelo (2012) considera que:

Ensino colaborativo se constitui mais como uma filosofia de trabalho entre profissionais da educação com conhecimentos e experiências diferenciadas, do que uma técnica metodológica de trabalho. É uma atitude filosófica e crítica de olhar para um colega de trabalho como parceiro e com ele construir uma experiência conjunta de trabalho pedagógico no contexto escolar e de sala de aula (Rabelo, 2012, p. 53).

É importante que não haja confusão entre as definições de cooperação e colaboração quando se busca uma denominação exata das atribuições dos professores dispostos a trabalhar em parceria. Embora etimologicamente falando, as duas palavras possam ser consideradas sinônimos, não se deve entendê-las como iguais (Capellini; Zerbato, 2019).

A cooperação nesta forma de trabalho nada mais é do que cada professor ser responsável somente por uma parte da formação do aprendizado do aluno pertencente ao público-alvo da educação especial. É o tipo de trabalho no qual os profissionais trabalham em salas diferentes, cada um desempenhando a sua especialidade, sem muita conexão entre eles (Capellini; Zerbato, 2019).

Já a colaboração faz com que o trabalho da dupla (ou de um grupo) seja mais voltada para um objetivo em comum, no qual há confiança, respeito e apoio mútuo de forma que a relação seja sempre dialógica no intuito de viabilizar um melhor aproveitamento dos procedimentos didáticos que serão adotados.

Há ainda de se ressaltar uma outra forma de trabalho, bastante utilizada nas escolas brasileiras, a consultoria, esta “traz benefícios para todos os envolvidos no processo de inclusão escolar” (Capellini; Zerbato, 2019). Envolve outros profissionais de diversas áreas, principalmente profissionais da saúde, como médicos, psicólogos, fonoaudiólogos, etc. A essa forma de trabalho dá-se também o nome de itinerância devido à forma de trabalho esporádico e sem muito vínculo destes profissionais com a rotina escolar.

No entanto para este estudo teremos o foco voltado para a estratégia didática do Ensino Colaborativo, que busca a junção de esforços entre os professores da classe comum e do professor da Educação Especial, como uma possibilidade de melhoria nos serviços dentro das escolas inclusivas. Nessa direção, apresentamos os dados da pesquisa.

## **APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS**

A ANPEd possui bastante relevância no meio acadêmico da área educacional e realiza reuniões científicas desde o ano de 1978, conforme consta no site da instituição, possui 23 GT's (Grupos de Trabalho) temáticos, dentre os quais o GT 15 que é nosso foco nesta pesquisa.

Considerando sua solidez e confiabilidade no campo educacional a elegemos como fonte na procura de artigos condizentes com nosso tema investigado.

Foram analisados os artigos contidos nas últimas 11 reuniões científicas nacionais (2005-2017), tendo como premissa os títulos. Neste momento o maior interesse era observar se os termos “Ensino Colaborativo”, “Coensino” vinculados ao estado de “Mato Grosso do Sul” constavam de forma explícita nos nomes de cada trabalho. De todos os trabalhos publicados no GT 15, nenhum artigo trazia no título os verbetes esperados.

O segundo passo foi dar um recorte menor, porém ainda no site da ANPed, buscamos então por trabalhos presentes nas reuniões regionais considerando a Região Centro-Oeste como nosso grupo para averiguação da disponibilidade de artigos que possuíssem os mesmos termos já pesquisados anteriormente.

No entanto, constavam no site apenas três reuniões, considerando que a do ano de 2016 estava indisponível restaram apenas duas reuniões regionais para consulta. No ano de 2018 encontramos nos anais do XIV Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste um trabalho com o título “Inclusão Escolar, Ensino Colaborativo e Identidade Docente” de autoria de Tartuci, Santos e Santos (2020), três pesquisadoras da Universidade Federal de Goiás (UFG); todavia ao abrimos o trabalho, verificamos que se tratava de um banner e era composto de apenas três páginas.

A última reunião regional que estava programada para acontecer no mês de novembro de 2020 ainda não havia disponibilizado os trabalhos para consulta até o momento de conclusão desta investigação.

Por não termos obtido o sucesso esperado nas pesquisas realizadas no site da ANPed, optamos por expandir nossa busca no site *Google Acadêmico*.

Mais uma vez inserimos os termos relacionados ao Ensino Colaborativo em Mato Grosso do Sul. Pressupúnhamos que sem a inclusão da localização mencionada, que especificava ainda mais nossa investigação, resgataríamos produções não só paulistas como também algumas nordestinas e outras sulistas. Alguns dos autores que realizam pesquisas sobre essa temática nessas outras regiões são egressos da mesma Universidade pioneira nos estudos das estratégias do Ensino

Colaborativo em solo nacional, como já dito anteriormente, a Universidade Federal de São Carlos (UFScar).

Nesta instituição inclusive há uma disciplina que leva o nome de “Ensino Colaborativo” e é ofertada tanto na graduação de Psicologia quanto na pós-graduação em Educação Especial. A maioria dos pesquisadores fazem parte do Grupo de Estudos de Educação Especial desta mesma Universidade.

O *Google Acadêmico* recupera não somente títulos com verbetes exatamente iguais ou semelhantes aos pesquisados, mas também mostra resultados nos quais há algum tipo de citação relacionada aos termos utilizados no campo de busca. Desta forma muitas páginas de incontáveis trabalhos são disponibilizadas para uma consulta mais minuciosa, o que torna a pesquisa muito extensa e com muitos desdobramentos que acabam nos afastando do objetivo principal.

Assim sendo, optamos então pela realização de pesquisa somente nas dez primeiras páginas apresentadas logo após a confirmação dos termos inseridos no campo de busca. Pretendíamos assim, obter o maior número de resultados com conteúdos mais próximos o possível do nosso objetivo principal para continuarmos nosso estudo.

Após análise dos títulos apresentados nestas dez páginas, percebemos que havia somente três trabalhos nos quais mencionava-se o Ensino Colaborativo em Mato Grosso do Sul. Embora “Mato Grosso do Sul” não estivesse explícito nos títulos, cremos que a ferramenta de busca os recuperou devido a algumas palavras contidas no desenvolvimento dos textos.

Selecionamos os três artigos para ler, contudo verificamos que desses três somente um tratava do assunto conforme procurávamos. Este artigo em questão, trazia o relato de experiência em uma Escola Municipal de Campo Grande – MS, na qual após um trabalho baseado em observações e entrevistas semiestruturadas, teve como considerações o fato de que havia muitas formas diferentes dos professores regentes atuarem com um aluno com paralisia cerebral do 9º ano do Ensino Fundamental.

Este foi então o único trabalho encontrado dentro do contexto da metodologia adotada para a realização deste trabalho, na linha de pesquisa na perspectiva do Coensino no qual dois profissionais trabalham ao mesmo tempo em salas de aula comuns ditas inclusivas. Algumas

transcrições de falas dos professores demonstram o quão difícil poderia ser a efetivação da estratégia do Ensino Colaborativo, caso a escola optasse por adotá-la. Porém vale ressaltar que o 9º ano utiliza um formato de ensino diferenciado por pertencer aos anos finais do Ensino Fundamental.

Segundo Mendes (2018), o Coensino depende muito da voluntariedade dos profissionais envolvidos de quererem fazer acontecer um bom trabalho em conjunto. O trabalho acima evidenciou que embora a Educação Inclusiva ainda seja desacreditada pela maioria, há exceções que buscam as melhores estratégias para fazer com que os alunos PAEE possam não somente estar incluídos nas turmas da escola comum, como também possam se apropriar dos conhecimentos oferecidos no âmbito escolar, principalmente do currículo, fazendo uso não só do direito de acesso à Educação, como também de progressão e terminalidade.

De acordo com as pesquisas realizadas, percebemos que as experiências de ensino colaborativo – nesta perspectiva teórica que adotamos – ainda não têm sido objeto de estudo no Estado de Mato Grosso do Sul e embora haja professores de apoio em alguns casos nas salas de aula comum das escolas públicas, não se pode ter um número preciso de quantas experiências com o coensino têm dado certo. As evidências ainda são mínimas.

Capellini e Zerbato (2019) explanam algumas formas de atuação docente que não se encaixam corretamente nas características dessa estratégia didática. As autoras trazem então uma relação do que “não é Ensino Colaborativo”:

- Professores que se alternam para ministrar as disciplinas.
- Um professor ensina, enquanto o outro faz somente adaptação de materiais ou simplifica a atividade do aluno.
- Um professor ensina a lição, enquanto o outro permanece sentado, observando, sem função ou tarefa específica.
- Quando as ideias de um professor prevalecem ou determinam o que ou como algo deve ser ensinado.
- Um professor agir como um tutor, auxiliar, ajudante ou voluntário.
- Um professor ensinar e o outro ter o papel de cuidador.

- Quando se tem dois professores habilitados ensinando para uma classe organizada para ser mais homogênea, e que, por exemplo, agrupa alunos considerados “fracos” numa mesma turma (Capellini; Zerbato, 2019, p. 38).

Essa organização de trabalho está muito atrelada às relações pessoais, depende muito da vontade dos pares de atuar conjuntamente com outro profissional dividindo o espaço, as responsabilidades, os alunos, os sucessos e os fracassos. Por depender tanto das habilidades sociais, das pessoas que integram a comunidade escolar, vemos diversas formas de atuação ainda que a indicação de execução seja a mesma para todos os professores. O fator pessoal dos profissionais envolvidos nesta relação pode ser crucial tanto para a potencialização dos objetivos traçados em conjunto, quanto da fragilização do coensino (Capellini; Zerbato, 2019).

Pudemos perceber nos relatos dos pesquisadores que serviram como referências para este trabalho, que as turmas nas quais os profissionais estavam bem amparados pela administração escolar e abertos à realização do Ensino Colaborativo, a inclusão do aluno PAEE superou as expectativas em relação ao aprendizado dos conteúdos curriculares, assim como uma notável melhora das interações sociais de todos os alunos.

O Ensino Colaborativo quando bem operacionalizado pode proporcionar a todos os alunos da turma um aprendizado que extrapole os limites das salas de aula. Ele poderá fazer com que os alunos PAEE sintam-se parte da turma de verdade e não somente fiquem no fundo da sala com “seu” professor especial. Poderá fazer com que os profissionais se revezem em vários arranjos de sala para melhor aplicarem suas aulas que foram planejadas de forma coletiva, fazendo assim com que prevejam algumas situações e minimizem os impactos de alguns imprevistos que possam vir a ocorrer.

O coensino também proporciona troca de experiências, bem como a união de saberes e habilidades em prol de um trabalho mais prazeroso e produtivo de ambos os professores. Todavia essa estratégia de ensino nas escolas comuns ainda é pouco conhecida e aqui na nossa região não há evidências de sua aplicabilidade.

Analisando os resultados desses poucos estudos, nota-se que embora a estratégia do Ensino Colaborativo seja interessante para o processo de inclusão dos alunos PAEE e que estudos já

estejam circulando no campo acadêmico brasileiro há aproximadamente quinze anos, o Estado de Mato Grosso do Sul, não possui pesquisas divulgadas, ao menos nas duas fontes investigadas para a elaboração deste trabalho.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa se propôs a investigar estudos que pudessem ter sido realizados no Estado de Mato Grosso do Sul em relação à estratégia de trabalho de coensino para o favorecimento da Inclusão Escolar, conforme os moldes do Ensino Colaborativo. Após essa investigação foi constatado que as pesquisas publicadas em relação à tal estratégia, ao menos nas fontes investigadas, são ainda bastante incipientes no estado.

Lançando mão de memórias vivenciadas nos Estágios Obrigatórios da graduação, consideramos que o Ensino Colaborativo com suas características específicas, tal qual estão postas nas referências bibliográficas estudadas, não é prática adotada em várias escolas de Campo Grande/MS. O que vimos foram professores especialistas atuando com o atendimento educacional especializado (AEE) em salas de recursos multifuncionais (SRM's) com alunos matriculados em turno contrário ao que estão em sala de aula do ensino comum, ou ainda que, mesmo estando em sala de aula, limitam-se ao atendimento exclusivo aos estudantes PAEE.

Embora a presença do profissional especializado tenha sido confirmada na maioria das escolas observadas nos estágios, as estratégias que vimos não condiziam com o que prevê o coensino. Para ser considerado Ensino Colaborativo, os professores da Educação Especial deveriam atuar em parceria com o professor do ensino comum desde o planejamento das aulas para todos os alunos da turma às devidas avaliações de aprendizagem. A relação deveria ocorrer de modo que não houvesse hierarquia entre os dois profissionais, fazendo assim com que a responsabilidade pela turma inteira fosse compartilhada entre os professores (Capellini; Zerbato, 2019)

Assim como a Inclusão Escolar continua sendo motivo de grandes discussões e polarizações, as formas de desenvolver as práticas inclusivas também costumemente se tornam alvo de várias críticas advindas de todos os setores da sociedade.

Consideramos então que, independentemente da Educação Especial ser tomada “na Perspectiva da Educação Inclusiva” ou de forma “Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida” faz-se necessária a busca incessante de métodos e práticas que possam proporcionar aos estudantes PAEE um aprendizado real que o inclua acadêmica e não somente arquitetonicamente.

Tendo em vista todos os aspectos observados nesta pesquisa, é imprescindível que os estudos possam ser cada vez mais aprofundados e aperfeiçoados, pois identificamos que ainda há grandes oportunidades de investigação acerca do tema, principalmente no estado de Mato Grosso do Sul. Desta forma, vislumbramos pesquisas futuras que possam nos proporcionar maiores (e melhores) dados que nos permitam uma melhor visualização da realidade da nossa região e assim adquirir o entendimento da dinâmica dos profissionais que atuam nas escolas sul-mato-grossenses em prol de uma educação inclusiva.

## REFERÊNCIAS

- Brasil. (1996). Congresso Nacional. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União *n. 248, de 23/12/96* – Seção I, Brasília, 1996.
- Brasil. (2008). Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação - MEC/SEESP. Brasília. Acesso em: 13 nov. 2020. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>.
- Brasil. (2001). Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação especial na educação básica. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf) Acesso em 06 Dez. 2020.
- Brasil. (2009). Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na educação básica. Diário Oficial da União. Brasília – DF, 2 de outubro de 2009.
- Brasil. (1988). Constituição Federal. Brasília – DF. 1988.
- Brasil. (2013). Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013: altera a Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências.

- Brasília: Planalto Central, 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm#:~:text=NR\),%E2%80%9CArt.,e%20altas%20habilidades%20ou%20s%20perdota%C3%A7%C3%A3o](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm#:~:text=NR),%E2%80%9CArt.,e%20altas%20habilidades%20ou%20s%20perdota%C3%A7%C3%A3o). Acesso em 07 Dez. 2020.
- Brasil. (2009). Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 04, de 02 de outubro de 2009. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica – Modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União Brasília, nº 190, 05 de outubro de 2009. Seção 01.p.17.
- Brasil. (2010). Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial – Nota técnica – SEESP/GAB/Nº09/2010 – Orientações para a Organização de Centros de Atendimento Educacional Especializado. Brasília – DF, 9 de abril de 2010.
- Capellini, V. L. M. F., & Zerbato, A. P. (2019). O que é Ensino Colaborativo? 1. Ed. – São Paulo: Edicon.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo Escolar, 2020. Brasília: MEC, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/ptbr/centrais-de-conteudo/legislacao/censo-escolar>. Acesso em 07 Dez. 2020
- Mantoan, M. T. É. (2003). Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo. Moderna.
- Mendes, E. G. (2006). A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação, 11(33), 387-405.
- Mendes, E. G. (2010). Breve histórico da educação especial no Brasil. Revista Educación y Pedagogía, 22(57), mayo-agosto.
- Mendes, E. G. (2017). Sobre alunos ‘incluídos’ ou ‘da inclusão’: reflexões sobre o conceito de inclusão escolar. In: Victor, Sonia Lopes; Vieira, Alexandro Braga; Oliveira, Ivone Martins. Educação Especial Inclusiva – conceituações, medicalização e políticas/ organizadores. Campos dos Goytacazes – RJ; Brasil Multicultural. 304.
- Mendes, E. G., Vilaronga, C. A. R., & Zerbato, A. P. (2014). Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar.
- Tartuci, D., Santos, M. E., & Santos, L. P. Inclusão escolar, ensino colaborativo e identidade docente. In: XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020) ISSN: 2595-7945. GT 15 - Educação Especial. Pôster.
- Unesco. (1990). Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/>. Acesso em 06 Dez. 2020.

Unesco. (1994). Declaração de Salamanca. Espanha: Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 06. Dez. 2020.

Zerbato, A. P. (2012). O professor de educação especial na proposta de Co-ensino no município de São Carlos: diagnóstico inicial. In: Congresso Brasileiro de Educação Especial, 5, São Carlos. Anais... São Carlos: PPGEs/UFSCar/ABPEE, 3444-3457.